

## Os fios da memória tecem a resistência

ANDRÉA MONTEIRO DA COSTA \*

### Resumo

O presente artigo aponta como a memória individual é a base para a resistência e a constituição de uma identidade social positiva. A análise tem como referência mulheres negras de uma comunidade quilombola, localizada no município de Parnamirim (RN). Essas mulheres criaram uma pequena empresa familiar com o objetivo de executar a sua tradicional atividade de lavagem de roupas. O texto articula tradições teóricas e metodológicas distintas para indicar o processo de constituição de sujeitos dessas mulheres. São mobilizadas, em especial, as categorias de espaço, tempo e memória.

**Palavras-chave:** Mulheres; identidade; memória e espaço.

### Abstract

This article shows how individual memory is the basis for resistance and for building a positive social identity. The analysis is relative to black women belonging to a Quilombola community, located in the municipality of Parnamirim (RN). These women have created a small family firm in order to perform its traditional activity of washing clothes. The text articulates the theoretical and methodological traditions distinct to indicate the process of constituting subjects of these women. Are mobilized in particular the categories of space, time and memory.

**Key words:** Women; identity; memory and space.



\* ANDRÉA MONTEIRO DA COSTA é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O presente trabalho procura abordar como a memória pode ser mobilizada para dar sentido à resistência e a uma afirmação positiva de uma identidade social de classe popular. Tendo como foco as



Parnamirim (RN)

mulheres de uma família, que, há alguns anos passou a ser identificada como fazendo parte de uma “comunidade quilombola”, o texto que segue procura apontar a capacidade de instituição e de se fazer sujeitos dessas mulheres. Trata-se, em certo sentido, de uma sistematização em andamento a respeito de material empírico em processo de recolhimento, e que será utilizado para a nossa dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG. Devemos esclarecer que o nosso contato com essa realidade não começou agora, por ocasião de nossos estudos recentes, mas vem ocorrendo desde há algum tempo, tendo a história da matriarca da comunidade sido tomada como referência para o nosso trabalho de conclusão de curso de graduação.

Para dar sentido à análise das práticas que tecem a resistência das nossas personagens, esboçaremos, de forma rápida e panorâmica, o seu contexto (localização geográfica e conexões com a história social do universo regional mais amplo). Antes, porém, logo mais abaixo, esboçaremos algumas considerações gerais sobre o desafio analítico da resistência.

### **Os desafios analíticos colocados pela questão da resistência**

A descrição analítica feita por Karl Marx a respeito da dominação britânica na Índia não é apenas uma crítica devastadora contra o colonialismo, mas,

acima de tudo, uma referência para a análise de sociedades tradicionais que sofrem os impactos da mudança das suas relações sociais, impactos estes causados pela

introdução, em seu seio, das relações capitalistas. O chamado processo de globalização é, na atualidade, uma das facetas do processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Para muitas pessoas, esse processo tem algumas semelhanças com aqueles relacionados ao que Marx denominou de “acumulação primitiva de capital”. Essa situação reforça ainda mais a importância de se levar em conta os artigos publicados em jornais, pelo mesmo autor (Marx, 1853a e 1853b) a respeito da presença inglesa na Índia.

Entretanto, mesmo sem negar a importância da obra marxiana, trata-se de pensar a relação das sociedades locais (muitas vezes, comunidades tradicionais) e o mundo dito global como algo mais complexo do que costuma aparecer naquelas elaborações nas quais o esquema analítico de Marx é quase que transplantando para a realidade das últimas décadas em países como o Brasil. A “penetração capitalista” em espaços tradicionais, por mais cruel e destruidora que seja, não tem a mesma estrutura de um processo de expansão capitalista alicerçado no colonialismo, como era o caso da realidade analisada por Marx. Essa afirmação, embora seja um lugar-comum, deve sempre ser lembrada, pois, não são poucas as vezes em que, com o pretexto de se denunciar o capitalismo ou de se fazer uma reflexão macro-sociológica, termina-se por diminuir a capacidade de resistência das populações locais. Obviamente, nem

sempre essa resistência assume as formas reconhecidas pelos atores políticos que se dizem defensores dos oprimidos. A mesma situação se repete em relação a alguns pesquisadores acadêmicos. Estes esperam que “a resistência dos dominados” se expresse a partir de seus referenciais, com os vocabulários e as ações da consciência “douta”, para utilizar aqui um termo caro à análise sociológica de Pierre Bourdieu. Não por acaso, muitas vezes presos em suas próprias jaulas de ferro ideológicas, esses intelectuais ajudam a organizar verdadeiros etnocentrismos de classe, que, a posterior, podem ser utilizadas como armas para novas formas de justificação da dominação.

Na obra do historiador inglês Edward P. Thompson encontramos exemplos que devemos tomar como referência para pensarmos os processos de construção/expressão da resistência dos dominados na realidade do capitalismo brasileiro. Pensamos, em particular, no seu clássico trabalho a respeito da formação classe operária inglesa (Thompson, 1987). Nesta obra, o autor nos mostra como, na trama da vida cotidiana, os operários ingleses, respondendo a situações concretas, foram acumulando “experiências” que, em alguns momentos, extravasaram em ações de classe. Entre nós, existem também trabalhos exemplares, que captaram a resistência onde ela parecia não existir. Essa sensibilidade analítica (Menezes, 2002) não se encontra, entretanto, disseminada em todo o campo da sociologia. Antes o contrário, existe uma tendência em negar, não exatamente por má vontade, mas por limitações políticas e analíticas, a capacidade de os setores tradicionais emergirem como sujeitos em suas realidades sociais.

Não se trata, por certo, de se cair na ilusão romantizada e populista de glorificar a “resistência do povo”. Em primeiro lugar, porque, quando ocorre, a resistência, conforme já dissemos mais acima, nem sempre se manifesta na linguagem da consciência. Assim sendo, não é raro que ela não se revele facilmente. Em segundo lugar, porque, como a forma de “ler o mundo” dos dominados está inserida na “leitura de mundo” dominante, que é a dos dominantes, a resistência, muitas vezes, se expressa em uma linguagem que parece negá-la. Por outro lado, não é raro que a suposta resistência dos dominados seja uma forma de reafirmação da dominação. Pensemos, por exemplo, no caso da glorificação do trabalho e na negação de que se é “vagabundo” por parte dos trabalhadores em luta. Ou ainda, a busca de reconhecimento de sua seriedade (e, portanto, de sua aceitação como pessoas “adultas e responsáveis”) presente em alguns dos movimentos protagonizados por jovens.

Mas há resistência! E ela existe, acima de tudo, porque os indivíduos que vivem em sociedade não são unicamente passivos. Eles refletem sobre o mundo (seu mundo!), e, dentro de suas limitações e situações, fazem escolhas. E é exatamente essa capacidade que alguns trabalhos sociológicos deixam de levar em conta. O resultado é que quilombolas, mulheres, jovens, setores sociais marginalizados os mais diversos, emergem, nesses trabalhos, apenas como vítimas ou massas de miseráveis que necessitam atendimento em órgãos públicos ou entidades de luta pelos direitos de cidadania, ou reeducados para participarem da lógica do Estado. Não que eles não sejam muitas vezes vítimas. Ninguém nega isso! Mas eles são sempre mais do que isso, e a

vitimização não apenas os diminui como atores sociais, mas também faz com que se deixe de lado uma dimensão importante do mundo social: as formas complexas, criativas e quase invisíveis de resistência dos dominados.

### O lugar da resistência: o espaço da memória

Antes de tudo, vem o nome. Mas quem nomeia um lugar? Se existe mais de um nome para o mesmo lugar, qual é o que valerá? A nomeação é uma manifestação do poder, sabemos bem. Por isso, Rio dos Negros sobrevive mais na memória dos mais velhos do que na nomeação dos presentes. Moita Verde é a denominação dada pela Prefeitura Municipal? Parece que sim. Mas quem nomeou assim o lugar desconhecia que ele era o Rio dos Negros? Parece que não.

O parágrafo acima deveria, como todo começo de contextualização, ter uma identificação clara. Mas a precisão das definições nem sempre traduz a verdade das relações e dos lugares. Assim é que, para este começo, podemos dizer que há uma localidade, situada no município de Parnamirim, na Região Metropolitana de Natal, na qual duas mulheres negras, mãe e filha, tecem, nas suas memórias, uma resistência que embaralha etnia, gênero e transformações nas relações campo-cidade. Antes de descrevermos melhor as nossas personagens, façamos um retrato mais completo desse lugar.

Rio dos Negros (ou Moita Verde, como assumiu inclusive o INCRA que classificou a localidade como

“comunidade quilombola”) situa-se a dois quilômetros da Br-101, na direção Natal-João Pessoa. A estrada que leva ao lugar, hoje margeada pelas casas do Conjunto Jockey Clube, um ajuntamento de mais de mil residências, segue, quase reta, até o Aeroporto Internacional Augusto Severo, onde também se localiza a Base Aérea de Parnamirim.

A referência à Base não é fortuita. Criada com o nome de *Parnamirim Field*, em 1942, a base foi o maior ponto de apoio para as forças armadas norte-americanas fora do seu próprio território e do teatro da guerra na Europa e no Pacífico. E foi nela, na Base, que as nossas personagens encontraram, no serviço de lavagem de roupas, um complemento à renda da agricultura desenvolvida às margens do Rio Pitimbu (daí a denominação Rio dos Negros), situado no fundo de sua propriedade.



Comunidade Quilombola Moita Verde – Fonte: <http://moitaverde.blogspot.com/>

Na vasta área, situada à margem do Rio Pitimbu, Nazaré ou Dona Nazaré, hoje com 96 anos, veio residir, após o seu casamento, há mais de setenta anos. A família de seu esposo, Moisés Crispiniano da Silva, era proprietária de vastas terras. Em alguns momentos, Dona Nazaré menciona que essas terras “iam até onde hoje é o Aeroporto”. Ela, como os demais moradores de Moita Verde ou Rio dos negros, costuma responder, com certa relutância, sobre como se deu a posse de suas terras. “Indo nas raízes”, diz-nos ela, “o velho Jorge trabalhava pra esse Machado, ele deu essas terras a ele porque ele gostava muito dele, não

sabe.” O “velho Jorge”, lembrado também como “Papai Jorge”, teria sido um escravo da casa da família Machado e, em recompensa, após anos de dedicação, e decretada a Abolição, teria recebido, como retribuição à sua fidelidade e dedicação, a posse legal das terras da localidade.

Dona Nazaré é oriunda de Capoeira dos Negros, localidade situada no município de Bom Jesus, distante não mais do que 80 Km de onde veio morar, mas um lugar que, na sua narrativa, adquire uma distância gigantesca. Como se fosse um “outro mundo”. E efetivamente era, podemos deduzir pela sua fala. Enquanto em Capoeira, já encravada na área de transição entre o Agreste e o Semi-Árido, as privações eram grandes, no Rio dos Negros do “seu tempo”, havia muitos “refrigérios” e bonança: fruteiras, plantações na margem do Rio, além de um regime de chuvas que permitia pelo menos uma colheita segura.

Mas Dona Nazaré não pôde gozar com tranquilidade essa fartura. Seu esposo morreu alguns anos após o casamento, e ela ficou viúva, aos 27 anos. Mulher, negra e analfabeta, mas proprietária de uma terra já então cobiçada, a começar da cobiça dos membros da família do marido. Estes queriam “a terra de volta”. Dona Nazaré afirma ter “resistido com todas as forças que Deus me deu”. A *“terra era a vida para os meus filhos”*. E, para garanti-la, ela percebeu que tinha que tomar uma decisão: *“Não, homem aqui, eu não quero, não! Nem negócio de casamento com ninguém”*. Essa era a forma de “acquietar” os parentes. E assim ocorreu. E foi assim que ela manteve o seu “pedaço”, no que é hoje Moita Verde. E esse pedaço tem um nome: Sítio São Pedro.

Sítio São Pedro é, então, a referência de lugar. Um marco de resistência das mulheres negras de Moita Verde. Os filhos de Dona Nazaré, após crescidos, casaram-se e construíram suas residências ao lado da dela. Três homens e uma mulher. E essa mulher, Ieda da Silva Seabra, uma simpática senhora de sessenta anos, que é reconhecida pelos demais membros da família como a “herdeira” da liderança de Dona Nazaré, e como dizem eles, “naturalmente vai ser uma cabeça” do lugar. Essa situação dá um contorno singular às famílias do Sítio São Pedro: de Dona Nazaré até as suas netas, as mulheres ocupam um espaço central na vida dos seus núcleos familiares.

Só muito recentemente, segundo uma de nossas informantes, no final da década de 1990, o lugar passou a ser denominado de “Moita Verde”. “Foi invenção do prefeito”, diz-nos entre risos Das Dores, uma prima da família, moradora do Sítio São Francisco, vizinho ao Sítio São Pedro.

É na segunda metade da década de 1990 que o lugar vai ser profundamente remodelado com a construção, na área defronte, de um grande conjunto habitacional, destinado a moradores de classe média baixa, especialmente trabalhadores dos setores de serviços. Este é o conjunto habitacional já mencionado, o Jockey Clube. Sua construção redefiniu o mapa da região, além de implicar na presença de um grande contingente populacional em área anteriormente usada livremente pelos moradores de Rio dos Negros para recolher lenha ou soltar pequenos animais, implicou também na atração de outros empreendimentos imobiliários nas imediações. O mais recente deles, um condomínio fechado, com casas destinadas a moradores de maior poder aquisitivo, e denominado, como ocorre

quase sempre com empreendimentos imobiliários destinados a esse setor, com um nome em inglês: *Water View*.

Uma das conseqüências dessas transformações sócio-espaciais foi que a área hoje denominada Moita Verde, situada em terreno mais baixo do aquele em que se situa o conjunto Jockey Clube, transformou-se num escoadouro de suas águas. Quando no período de fortes chuvas, o Sítio São Pedro é dividido por um riacho de águas fortes que sai como faca cavando o terreno com profundas fendas erosivas. Sendo as águas chuvosas fenômenos naturais, a população de Moita Verde percebe-se impotente e sem saber a quem culpar pela erosão de suas terras. Essa situação, em si, pode ser tomada como uma metáfora do encontro dessa comunidade com o mundo mais além.

Assim, ao deixarmos a rua (no caso, Mar da Galiléia) e adentrarmos o espaço do sítio, defrontamos com o que nos lembra uma vida comunitária. Na maior parte do dia, com exceção do período do dia em que o sol se faz mais inclemente, mulheres, homens e crianças estão reunidos próximos a algumas árvores situados no centro do ajuntamento de casas do sítio ao lado da casa de Dona Miúda. E exatamente anexo à casa desta um espaço foi destinado a *Lavanderia Mãe e Filhas*.

### **A in-corporação das disposições do trabalho de lavadeira**

Lembra-nos D. Miúda: “eu comecei a trabalhar com 10 anos ajudando tia Geralda. Ela pegava as roupas nas casas lá em Parnamirim, nas casas dos sargentos, trazia pra lavar *aqui no rio da gente*. Quando chegava no rio, separava, eu lavava as minhas, engomava e depois ela olhava.” Essa tia lhe passava calcinhas, guardanapos e pequenos panos. Sua tia lhe dizia:

“Miúda, lave essas roupinha que depois eu dou uma gorjeta pra tu”. Inicialmente D. Miúda sempre exercia a atividade de lavagem de roupa sob a orientação e a gestão dessa tia. Quando tinha 13 ou 14 anos, dado que havia aumentado a demanda pelo serviço de lavagens de roupas na região, a mesma tia lhe disse: “você agora vai ser responsável por sua roupa. Agora ela não era mais a responsável, tudo que houvesse era comigo”. Num primeiro momento, nas primeiras lavagens, o ganho auferido com o trabalho, ela destinava à aquisição de roupas para os períodos festivos. Essa situação será redefinida com a morte do pai. A partir desse momento, que pode ser tomado como um marco, o que era apenas um meio para aquisição de bens secundários para ser uma atividade fundamental para garantir as necessidades básicas de seu núcleo familiar, composto por uma viúva e quatro filhos.

Ela continua na atividade até o momento o casamento. Nos primeiros tempos de casada, Dona Miúda dedicava-se exclusivamente aos cuidados da manutenção da casa e das filhas que foram nascendo, contando sempre com a solidariedade da mãe, D. Nazaré. Com o passar do tempo, ela afirma que se deu conta do fato de que o marido tinha dificuldades de, sozinho, garantir as condições mínimas para sobrevivência da família. Devemos recordar ainda que o seu esposo devido ao seu trabalho, na área de construção de estradas e pavimentação de ruas, era levado a se ausentar durante longos períodos de casa. Essa situação, segundo D. Miúda, obrigou-a procurar casa de família para oferecer seus serviços de lavagem de roupas.

Durante muito tempo, D. Miúda pegará as roupas nas casas das freguesas (essa é uma categoria nativa intercambiável

com aquela de “patroa”) e as lavarás nas margens do Rio Pitimbu, no fundo da propriedade da família. Quando as suas filhas ficaram maiores e tinha condições de ficar em casa sozinhas ou com a avó, D. Miúda assumiu a lavagem de roupas em algumas casas de um bairro localizado na cidade satélite de Natal, que era naquele período o lugar mais acessível e que “tava rolando dinheiro” como diz D. Miúda. Nesses casos, ela tinha que sair ao raiar do dia do Sítio São Pedro para tentar condução nos veículos que levavam os operários para as fábricas situadas na zona sul da capital do RN.

A condição de “lavar roupa nas casas” redefine a situação da lavadeira. E isso ocorre particularmente quando a lavagem ocorre regularmente em dias determinados da semana. Nesses casos, é possível que a lavadeira vá assumindo um conjunto de outras tarefas relacionadas aos cuidados e limpeza da casa. Embora D. Miúda ressalve que as patroas que a contratavam já tinham empregadas domésticas fixas (para as tarefas usuais de cuidado da casa e das crianças da família), muitas vezes, ela era vista e tida como uma auxiliar ocasional dessas empregadas. O que a levava a fazer pequenas compras nas imediações, ou, atendendo os caprichos da patroa, cuidar na elaboração de uma comida especial. Resgatando esse tempo, ela nos diz que a patroa fazia esses tipos de pedidos porque “ela confiava em mim”.

Aos poucos, nos momentos de pegar roupa ou mesmo na execução da lavagem em algumas casas, D. Miúda foi levando as filhas mais velhas para “ajudarem”.

As situações acima descritas apontam para o tortuoso processo de incorporação das disposições que caracterizam um determinado lugar no

mundo social. Seja de um operário, de uma lavadeira, uma empregada doméstica ou de um professor universitário. Todas essas posições, assumidas pelos agentes como se fossem escolhas livres, quase sempre, funcionam como se fossem escolhas que já estavam esperando os momentos de escolha dos agentes. Bourdieu nos aponta que “as expectativas coletivas”, positivas ou negativas, tendem a se inscrever nos corpos sob formas de disposições permanentes”. (Bourdieu, 1999, p. 77). Isso não significa que o ator seja um simples receptáculo das injunções do coletivo. Não raras vezes, ele se insurge, se revolta, contra as “coisas do mundo”. Mas, na maioria das vezes, o ajuste entre as esperanças individuais e as “ofertas” das estruturas sociais é confirmado.

O que dissemos acima se aplica em especial à difícil relação que as filhas de D. Miúda estabelecem com a condição de empregada doméstica. Se a “ajuda” à mãe, desde muito cedo, vai solidificando as disposições da futura empregada, essa condição não é uma “escolha” feita por agente que olha o mundo com distanciamento e faz as suas opções. Pelo contrário! Essa é uma “escolha” que, algumas vezes, é percebida pelo agente como uma espécie de destino fatal ou uma condenação. Nesse sentido, lembramos de quando D. Miúda nos falou do dia em que uma de suas filhas foi ser empregada doméstica em uma casa de família em Parnamirim. “Ela chorou muito”, disse-nos em um tom de risada que não escondia o claro sentido de amenizar o peso da dor.

### **A criação da lavanderia: a imersão na lógica da moderna economia de serviços**

Quando, há cerca de seis anos, D. Miúda decidiu criar a lavanderia, o

maior capital disponível era intangível: habilidade para o desenvolvimento das tarefas e envolvimento em um projeto familiar. A ausência de capital econômico era um obstáculo quase intransponível. Expressivo nesse sentido foi o fato de que a instalação de uma linha telefônica, necessidade básica para que os serviços da lavanderia pudessem ser contratados, só foi possível a partir de um planejamento que envolveu o compromisso de cada uma das filhas de assumir, por um mês, a conta telefônica. Isso porque, nos cálculos de D. Miúda, o “negócio” não iria se “pagar” inicialmente.

Planejamento, perseverança e adiamento dos prazeres imediatos, qualidades que são fundamentais para a navegação social na ordem capitalista, como o demonstra uma ampla literatura nas ciências sociais (bastaria citarmos Max Weber para conquistarmos a fiança para essa afirmação!), são arduamente conquistadas. Ao narrar sua trajetória de vida, D. Miúda mostra-nos os tortuosos caminhos de aquisição das *disposições* de uma trabalhadora (ou, como passa a ser o caso aqui, de uma empreendedora) em uma economia moderna.

Essas disposições possibilitaram a que D. Miúda e suas filhas enfrentassem a desconfiança geral em relação à iniciativa empresarial. “No começo, ninguém aparecia. A gente se perguntava se o negócio não ia dar certo. E a gente ficava preocupada, tinha a conta do telefone para pagar...”. Após quase dois meses, os serviços começaram a aparecer. E a necessitar do envolvimento de mais pessoas, o que levou a uma gradativa diminuição do envolvimento de D. Miúda inicialmente, e depois de algumas filhas, em trabalho nas casas das famílias. A lavanderia ia absorvendo-as.

O lento processo de consolidação da *Lavanderia Mãe & Filhas*, quando lido a partir da ótica das agentes, fornece novos elementos para pensarmos o peso da divisão do trabalho na emergência da “cultura do dinheiro”, segundo a abordagem feita por Georg Simmel. A esse respeito, vale a pena retermos o seguinte trecho de um dos ensaios deste clássico das ciências sociais:

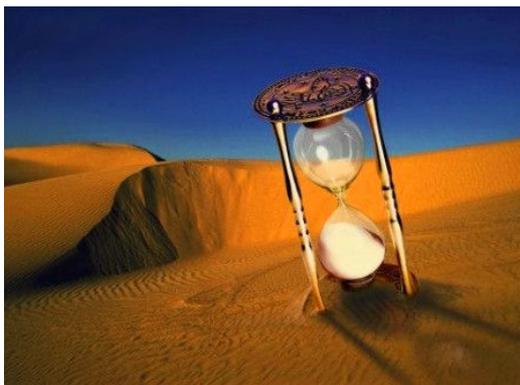
“O pagamento em dinheiro promove a divisão de trabalho, pois, normalmente, só se paga em dinheiro para um desempenho especializado: o equivalente monetário abstrato sem qualidade corresponde exclusivamente ao produto objetivo singular desligado da personalidade do produtor. Não se paga (onde inexistente escravidão) dinheiro para um homem como um todo com toda sua especificidade, mas sim para o seu desempenho na divisão do trabalho. Por causa disso, a formação da divisão de trabalho precisa de ampliação da economia monetária e vice-versa. A partir deste fato, explicam-se as deficiências e contradições da relação moderna com os servidores de casa (as empregadas, etc.); pois aqui se compra com dinheiro, de fato, ainda um homem por inteiro, inclusive a totalidade do seu desempenho.” (Simmel, 1998, p. 24).

Ora, em certo sentido, o que estamos abordando aqui, tendo como suporte a narrativa de D. Miúda, é exatamente a passagem da compra de um “homem (mulher) por inteiro” (a lavadeira) para a aquisição de um “desempenho especializado” (a lavagem de roupa através de um serviço agenciado por uma empresa, mesmo pequena). Se a divisão do trabalho está na base dessa redefinição que é a transformação do “desempenho” (ou da “força de trabalho”) em mercadoria, há que se

levar em conta outra pré-condição que é a disseminação social da calculabilidade.

Nesse sentido, vale a pena relatarmos aqui uma cena presenciada quando de uma das nossas visitas ao Sítio São Pedro. Pelo telefone, uma das filhas de D. Miúda explicava o preço da lavagem com uma “cliente”, como nos explicou mais tarde, já que não conseguimos disfarçar o interesse pela sua conversa. Após explicações sobre a forma de lavagem, ela passou a fazer o cálculo do custo total do serviço. Discriminando as peças que a pessoa do outro lado da linha tinha enviado para que fossem lavadas, ela as agrupou de acordo com uma classificação padronizada pela lavanderia (roupas íntima, lençóis, jeans, roupa de cama, etc.), e, com o auxílio de uma calculadora e do caderno de anotações, informou o custo total: R\$ 23,00. Após esse anúncio, a pessoa do outro lado da linha ao que parece tentou regatear o valor. Ela, inflexível, respondeu: “olha, o preço é esse. Essa é a nossa tabela! Faça as contas!” Segundos depois, o contrato estava fechado: “pronto! Daqui a pouco mando entregar”.

Dessa forma, podemos dizer, tendo em mente as colocações de Simmel mais acima, que o funcionamento da lavanderia fez com que D. Miúda e suas filhas fossem gradativamente saindo de relações de trabalho marcadas pela pessoalização, e colocando-as na condição de vendedoras de um desempenho específico. O contato com as (ou os, já que, agora, homens assumem a negociação dos contratos de lavagem) contratantes, feito muitas vezes por telefone, resume-se a pegar e



devolver a roupa na sua casa. Outras vezes, esses clientes, em automóveis, vêm ao Sítio São Pedro entregar as roupas.

### **O tempo e suas marcas**

Um primeiro fato histórico que redefiniu a dinâmica espacial do Rio dos Negros foi o acordo dos governos brasileiro e norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. Este acordo impactou enormemente a vida da cidade de Natal e entorno, especialmente de Parnamirim, onde foi construída uma base militar norte-americana, a *Parnamirim Field*.

Do seu sítio, relata-nos Dona Nazaré, ouviam-se os ruídos dos aviões em Parnamirim Field, que embora distantes das coisas e do cotidiano do seu mundo, tratava-se de acontecimentos complicados para serem incorporados à lógica da dinâmica do então Rio dos Negros. Essa população negra, que não aparece na historiografia oficial do contato dos americanos com a população da cidade, foram impactados, diretamente ou indiretamente, pela presença desse contingente de militares norte-americanos em seu território. Se para as elites locais, esse contato significou conhecer novas possibilidades de consumo, seja da goma de mascar ou do vocabulário dos “gringos”, para essa população negra essa situação significou a emergência de uma possibilidade de trabalho remunerado, especialmente para as mulheres, que se aproximaram das famílias moradoras das vilas dos oficiais ofertando o trabalho de lavagem de roupas.

Naquele momento, Parnamirim ainda era um pequeno município que se estruturava fundamentalmente em torno das atividades agrícolas. Mesmo a relação com Natal não era tão estreita. Basta lembrarmos que a capital do RN, até a instalação dos militares norte-americanos em Parnamirim, não tinha ligação asfáltica com o seu entorno. A Natal chegava-se quase exclusivamente de trem, navio ou avião.

Data desse período a importância da atividade de lavagem de roupas desenvolvidas às margens do Rio Pitimbú (o “Rio dos Negros”), enquanto fonte complementar de renda familiar dos moradores da localidade. Finda a Guerra e desativada a base norte-americana, as mulheres da localidade continuaram tentando trabalhar nesse espaço, agora para famílias dos militares brasileiros que assumiram a base, que havia sido nacionalizada. Esta ainda hoje existe e fica anexa ao Aeroporto Internacional Augusto Severo. Mas as relações foram negativamente redefinidas a partir da saída dos militares americanos: pagamentos mais baixos e “muita burocracia para entrar”.

#### **Para além da resistência: reflexividade, negociação e identidade**

Em julho de 2005, participei como convidada da festa de aniversário de Dona Nazaré. A organização da festa era uma ilustração de sua liderança e da forma como ela se construiu. Ali ficou clara a sua consciência da necessidade de negociar para garantir, ao mesmo tempo, unidade e identidade da família. Vejamos como isso se deu.

Uma das atividades mais importantes do Sítio São Pedro, e que aglutina todos os moradores da localidade de Rio dos Negros, é o “Novenário de Maria”. Ele ocorre durante todos os dias do mês de

maio. Em uma primeira parte, orações e cânticos. Na segunda parte, no último dia de mês de maio após o ritual religioso, é possível haver sorteios, oferta de lanches, conversas descontraídas e brincadeiras das crianças. Essa atividade, iniciada há décadas, reforça seu prestígio e o respeito devotado à sua família pelos demais moradores.

Dois anos antes de 2005, três netos de Dona Nazaré converteram-se a uma igreja evangélica local. Passaram, então, a hostilizar ou desconsiderar embora não abertamente, o “novenário”. Essa situação criava uma tensão muito forte entre os membros da família. A aproximação do aniversário aumentava a preocupação: como se comportariam os familiares evangélicos? Dona Nazaré organizou tudo de um modo a diminuir a tensão. Ao invés de missa, aceitou um culto. E mais: que, no registro, nas paredes de sua casa, do seu aniversário, fosse também escrita uma frase bíblica escolhida pelos evangélicos. E assim foi feito. O culto evangélico terminou assumindo uma interessante característica: Dona Nazaré e suas amigas da mesma idade, todas católicas, sentadas no alpendre como verdadeiras autoridades, ouviam solenes as pregações do pastor e de seus parentes evangélicos. Um destes parentes, como em um desafio aos demais, afirmava que “mais importante do que o aniversário, é Jesus, e ele que deve ser celebrado...” Terminada o culto, os evangélicos, como todos os demais, entram na fila para beijar a mão de Dona Nazaré. Após isso, retiram-se do local. Os demais começam a comer e a beber.

#### **Breves considerações finais**

Os atores sociais são bem mais reflexivos do que a sociologia comumente reconhece. A resistência à

dominação nem sempre segue a lógica, muito presente no universo da academia e dos partidos políticos, da “tomada de consciência”. Isso não significa, obviamente, que os atores não tenham consciência dos seus atos. Muito pelo contrário, eles sabem se locomover muito bem em seu mundo. O nosso desafio, como pessoas que queremos apreender o mundo social, é construir formas (e narrativas) que dêem visibilidade a essas formas sutis de resistência. Não apenas por uma questão de denúncia (ou de afirmação) política, mas também porque nelas, de algum modo, está presente a complexidade e grandeza da vida social.

Importa ressaltar ainda que o texto aqui apresentado é a tradução parcial de um trabalho em desenvolvimento. Entretanto, apesar dessa situação, podemos adiantar que o nosso trabalho consegue apontar como o sentido que os agentes atribuem às suas práticas e ao seu mundo pode contribuir para melhorar a nossa compreensão das grandes questões sociais. Por outro lado, mesmo em condições de não-reconhecimento e subalternidade,

marcas do trabalho doméstico em nosso país, os agentes conseguem mobilizar recursos simbólicos para garantir pequenos espaços de auto-afirmação e de constituição positiva de suas identidades.

#### Referências

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Külner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MARX, Karl. *A Dominação Britânica na Índia*. (junho de 1853) Disponível no site: [www.marxists.org](http://www.marxists.org).

\_\_\_\_\_. *Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia*. (julho de 1853) Disponível no site: [www.marxists.org](http://www.marxists.org).

MENEZES, M.A. de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, vol. 21, 2002.

SIMMEL, Georg. “O dinheiro na cultura moderna”. In: Jessé Souza e B. Oëlze, orgs. *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

THOMPSON, E. P. *Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.